



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
– CAMPUS CABEDELO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**O PAPEL DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM E O ATENDIMENTO INCLUSIVO A
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma Proposta de Intervenção Pedagógica para alunos
do IRTEC**

PAULETE GONÇALVES GOMES DE MELO

Cabedelo, agosto de 2022.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
– CAMPUS CABEDELO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**O PAPEL DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM E O ATENDIMENTO INCLUSIVO A
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma Proposta de Intervenção Pedagógica para alunos
do IRTEC**

PAULETE GONÇALVES GOMES DE MELO

Orientadora: Cláudia Ricardo de Macêdo

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Cabedelo como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Cabedelo, agosto de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

M528p Melo, Paulete Gonçalves Gomes de.

O Papel do Técnico em Enfermagem e o Atendimento Inclusivo a Pessoas com Deficiência: Uma proposta de intervenção pedagógica para alunos do IRTEC. / Paulete Gonçalves Gomes de Melo. – Cabedelo, 2022.

13 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Profa. Ma. Cláudia Ricardo de Macêdo.

1. Atendimento inclusivo. 2. Pessoa com deficiência. 3. Enfermagem. I. Título.

CDU 37.013:364

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULETE GONÇALVES GOMES DE MELO

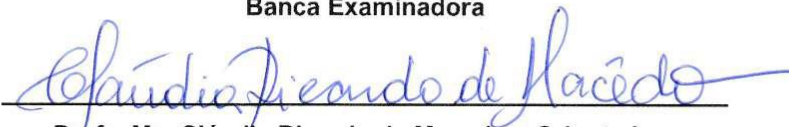
O PAPEL DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM E O ATENDIMENTO INCLUSIVA A
PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo
para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em
Docência EPT, campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

Cabedelo, 27 de junho de 2022.

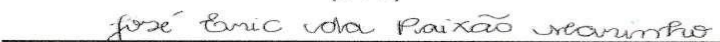
Aprovado em: 27/06/2022

Banca Examinadora



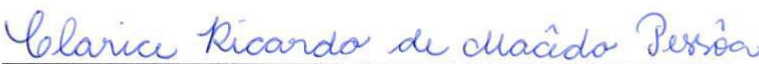
Profa. Ma. Cláudia Ricardo de Macedo – Orientadora

(IFPB)



Prof. Dr. José Eric da Paixão Marinho – Examinador

(IFPB)



Profa. Dra. Clarice Ricardo de Macêdo Pessoa – Examinadora

(UFS – CAMPUS SERTÃO)

Resumo

A invisibilidade e o preconceito vêm marcando a história das pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil e no mundo. No entanto, a inclusão dessas pessoas na sociedade vem nas últimas décadas ganhando forças mundialmente, ainda que de modo muito tímido em vários lugares. Essas pessoas, assim como as demais, precisam viver sem distinção, com dignidade e ter seus direitos constitucionais assegurados e respeitados, sendo que o acesso a saúde é um dos serviços mais importantes que devem ser ofertados as pessoas com algum tipo de deficiência por impactar diretamente no seu bem-estar e na sua qualidade de vida. Nesse sentido, este trabalho apresenta uma Proposta de Intervenção Pedagógica para uma turma de alunos do Instituto Remigense de Ensino Tecnológico (IRTEC) na cidade de Cacimba de Dentro-PB e será realizada por meio de um seminário, um método ativo de ensino-aprendizagem que proporciona maior autonomia aos alunos, assim como, uma aprendizagem mais significativa. O seminário tem como objetivo geral contribuir com a formação crítica, humana e profissional de alunos do curso Técnico de Enfermagem acerca do atendimento inclusivo ofertado a pacientes com algum tipo de deficiência. A metodologia utilizada caracteriza-se como uma abordagem descritiva a partir de uma revisão bibliográfica. Para isso, utilizamos pressupostos teórico de Boccato (2011), Masetto (2013), Brito e Lavareda (2015), Guedes e Barbosa (2020), Ferri (2020), entre outros que têm contribuições expressivas acerca do tema. Pretende-se então que, com a efetivação dessa proposta os alunos reflitam sobre o atendimento ambulatorio quem vem sendo oferecido a pacientes com algum tipo de deficiência e desenvolvam práticas mais humanas e inclusivas.

Palavras-chave: Atendimento Inclusivo. Pessoa com deficiência. Proposta de Intervenção. Seminário. Técnico de Enfermagem.

Abstract

Invisibility and prejudice have marked the history of people with some type of disability in Brazil and in the world. However, the inclusion of these people in society has been gaining strength worldwide in recent decades, albeit very timidly in several places. These people, as well as others, need to live without distinction, with dignity and have their constitutional rights guaranteed and respected, and access to health is one of the most important services that must be offered to people with some type of disability because it directly impacts your well-being and quality of life. In this sense, this work presents a Pedagogical Intervention Proposal for a group of students from the Remigense Institute of Technological Education (IRTEC) in the city of Cacimba de Dentro-PB and will be carried out through a seminar, an active teaching-learning method that provides greater autonomy to students, as well as more meaningful learning. The seminar's general objective is to contribute to the critical, human and professional training of students of the Nursing Technician course about the inclusive care offered to patients with some type of disability. The methodology used is characterized as a descriptive approach based on a literature review. For this, we use theoretical assumptions from Boccato (2011), Masetto (2013), Brito and Lavareda (2015), Guedes and Barbosa (2020), Ferri (2020), among others who have significant contributions on the subject. It is therefore intended that, with the implementation of this proposal, students reflect on the outpatient care that has been offered to patients with some type of disability and develop more humane and inclusive practices.

Keywords: Disabled person. Inclusive Service. Intervention Proposal. Nursing Technician. Seminar.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	7
2	Referencial teórico.....	8
3	Método da pesquisa.....	10
4	Resultados da pesquisa.....	12
5	Considerações.....	12
6	Referências.....	13

1. Introdução

A invisibilidade e o preconceito vêm marcando a história das pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil e no mundo. São pessoas que acabam tendo sua identidade abalada, pois geralmente têm uma autoestima baixa, sofrem isoladas, são excluídas e, muitas vezes, escondidas da sociedade por serem, por muitos, vistas como seres incapazes e inferiores aos demais.

Conforme é possível observar, não distante, mas muitas vezes no meio social em que convivemos, há uma carga pesada de preconceitos e estereótipos equivocados sobre a pessoa com deficiência, pois existe sempre quem diga que ela é uma “coitada que gera pena”, que “não consegue sobreviver sem a ajuda de familiares” e que quando conquista independência e sucesso na vida é “porque teve sorte”, uma visão distorcida de quem não consegue enxergar alguém além da deficiência e das limitações que tem e que não respeita a diferença do outro.

No entanto, a inclusão dessas pessoas na sociedade vem nas últimas décadas ganhando forças mundialmente, ainda que de modo muito tímido em vários lugares. Trata-se de uma mudança de comportamento fruto dos movimentos sociais, sobretudo de pessoas com deficiência, e científicos que consideram a diversidade humana, que valorizam o homem e o vêm com um olhar menos excludente e mais acolhedor.

Essa mudança tão urgente e necessária busca incluir mais de 1 bilhão de pessoas no mundo como aponta Antônio Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)¹ sendo que destes, em torno de 45 milhões são de brasileiros e brasileiras de acordo com os dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010².

Essas pessoas, assim como as demais, precisam viver sem distinção, com dignidade e ter seus direitos constitucionais assegurados e respeitados, sendo que o acesso a saúde é um dos serviços mais importantes que devem ser ofertados as pessoas com algum tipo de deficiência por impactar diretamente no seu bem-estar e na sua qualidade de vida.

Desse modo, observamos que quando procuram os serviços médicos, desde os procedimentos mais básicos até os mais complexos, geralmente são acolhidas por um técnico de Enfermagem que realiza os primeiros atendimentos, sendo que ele é auxiliado por um Enfermeiro, e que precisa ter além de uma boa formação institucional, conhecimentos extras acerca das necessidades particulares de cada indivíduo com deficiência.

Por isso, esse profissional que desempenha um importante papel na funcionalidade de uma unidade de saúde, já que, busca a partir de suas funções básicas colaborar com a prevenção e manutenção da saúde, precisa estar sempre se atualizando e adquirindo novos conhecimentos para que seu trabalho seja desenvolvido da melhor forma possível.

Consequentemente, e levando em consideração o aumento da demanda nos últimos tempos, a oferta de um atendimento humanizado e voltado para as necessidades particulares de cada paciente torna-se cada vez mais indispensável. No entanto, nesse cenário pandêmico em que vivemos desde o início de 2020, aqui no Brasil, as relações se distanciaram, os diálogos diminuíram, as incertezas aumentaram e manter a sensibilidade e um olhar voltado para as diferenças são grandes desafios diante das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da saúde.

A partir de então, voltamos o nosso olhar para o atual contexto em que se encontra as unidades básicas de saúde de Cacimba de Dentro-PB e após análise da grade curricular de um dos cursos de Técnico de Enfermagem ofertado no município sentimos a necessidade de intervir para auxiliar na formação dos alunos contribuindo com um conteúdo extra que os auxiliem no atendimento mais humanizado e menos excludente e mecânico.

Assim, propomos nesta pesquisa uma Proposta de Intervenção Pedagógica no curso de Técnico de Enfermagem do Instituto Remigense de Ensino Tecnológico (IRTEC) ofertado na cidade de Cacimba de Dentro-PB, sendo que, a proposta apresentada será realizada por meio de um seminário e terá como objetivo contribuir com a formação crítica, humana e profissional dos alunos acerca do atendimento ofertado a pacientes com algum tipo de deficiência. Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar a grade curricular do curso Técnico de Enfermagem; b) Refletir acerca das

¹Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>. Acesso em: 24 fev. 2022.

²Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 24 fev. 2022.

disciplinas ministradas; c) Identificar a importância de acrescentar no curso uma disciplina inclusiva para a formação humana e profissional.

Sendo que, aponta-se como relevante o estudo da temática por trazer contribuições positivas para o aperfeiçoamento dos futuros técnicos de Enfermagem, além de servir como fonte de pesquisa e reflexões acadêmicas a Proposta de Intervenção aqui apresentada pode ser posta em prática por quem assim desejar.

Além da presente introdução, o trabalho está dividido em mais quatro partes. A segunda parte destina-se ao referencial teórico utilizado para fundamentar o estudo. Na terceira parte, é apresentado o percurso metodológico utilizado na pesquisa. Na quarta parte, são apresentados os possíveis resultados esperados. E, por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais desta proposta.

2. Referencial teórico

No Brasil, o acesso à educação é garantido por lei e direito de todos como consta na Constituição Federal de 1988, sendo que, a mesma traz em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, educação e trabalho devem andar juntos porque são fundamentais para a vida do ser humano.

Logo, desde o Brasil Colônia, período de 1530 a 1822, observamos que no nosso país há uma preocupação com a formação para o trabalho, pois já havia nessa época a necessidade de mão de obra qualificada para o seu desenvolvimento econômico. No entanto, foi a partir de 1909, por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) realmente se efetivou como uma política pública e de oferta gratuita.

Ao longo do tempo, essa modalidade educacional vem se aperfeiçoando para garantir uma formação que supra as demandas do mercado de trabalho vigente e ganhando cada vez mais espaço no nosso sistema educacional com o objetivo de alcançar o maior número possível de alunos que não têm ou que não tiveram a oportunidade de estudar em um curso de nível superior. Sendo que, um marco mais recente e importante para a sua popularização ocorreu em 29 de dezembro de 2008, quando foi criada a Lei nº 11.892 que teve como finalidade instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Segundo as autoras Rosa, Regos e Prados (2021, p. 14586), “no cenário de desemprego, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é reconhecida como um caminho para obtenção de uma oportunidade de emprego, manutenção ou recolocação no mercado”, já que, de modo geral, oferece meios de capacitação a curto ou médio prazo e de forma mais abrangente e acessível, principalmente, para alunos pertencentes a famílias de baixa renda.

Também ocorreu um aumento considerável de instituições de ensino privado que oferecem cursos de formação técnica presencial ou a distância e que estão presentes tanto nas grandes metrópoles como nas pequenas cidades interioranas e que, assim, como o ensino ofertado na rede pública, esses institutos particulares buscam formar e qualificar trabalhadores para as demandas existentes.

Consequentemente, notamos que questões relacionadas a oferta de educação profissional também estão diretamente relacionadas a inclusão, sobretudo, a inclusão de pessoas com deficiência. Essas pessoas estão inseridas nos institutos de ensino como alunos ou usufruem dos serviços prestados pelos profissionais que atuam no mercado de trabalho e que saíram dessas instituições de ensino profissionalizantes.

De acordo com a Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Este artigo assegura principalmente a igualdade dos cidadãos perante a lei garantindo que ninguém seja tratado de modo distinto por apresentar alguma diferença, sendo que, como afirma Ferri (2020, p. 7), “qualquer desigualdade deve ser desde logo, impugnada”. O mesmo também dispõe a respeito de outros direitos de tamanha importância por ser essenciais para a vida.

Seguindo a mesma linha de pensamento, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) acentua que, “toda pessoa com deficiência

tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015). Logo, o objetivo principal desta Lei é assegurar e promover condições de igualdade que fomentem a plena participação social da pessoa com deficiência.

Vale ressaltar que, nos últimos tempos, temas relacionados a igualdade e a inclusão da pessoa com deficiência vêm ganhando cada vez mais espaço na sociedade e até nas mídias. De fato, muito se avançou a esse respeito no nosso país, mas ainda estamos distantes do que seria ideal, visto que, a luta por paridade de direitos e oportunidades é constante e envolve todos.

De acordo com as pesquisas de Mazzotta e D’Antino (2011),

Uma das preocupações marcantes de muitos dos atuais movimentos pró-inclusão se inscreve, justamente, na questão do respeito às diferenças, sejam elas étnicas, culturais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras, e suas repercussões na cotidianidade do cenário social brasileiro. (MAZZOTTA; D’ANTINO, 2011, p. 386).

Neste sentido, a pessoa com deficiência deve ser respeitada e acolhida na sociedade, mas muitas vezes é ignorada e mal compreendida, pois uma parcela relevante da população geralmente desconhece seus impedimentos, assim como, suas necessidades e habilidades.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Como observamos, esta é uma definição mais atualizada porque relaciona a deficiência apresentada pelo indivíduo e sua condição de convívio social, um conceito mais amplo que considera a pessoa além da sua deficiência.

Quanto ao direito à saúde, um dos benefícios fundamentais para a vida, a LBI acentua no artigo 18 que, “É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário” (BRASIL, 2015). Sendo que, o Sistema Único de Saúde, mais conhecido como SUS é o sistema de saúde pública do Brasil, garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196 e regulamentado através da Lei nº. 8.080/1990,

Desse modo, os milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência, cerca de 24% da população, de acordo com o IBGE (2010), têm garantido por lei o acesso igualitário à saúde, ao mesmo tempo em que, quaisquer barreiras que impeçam o seu acesso devem ser removidas para que atenda suas necessidades, incluindo, se necessário, o atendimento domiciliar e psicológico, já que, assim assegura o artigo 2º, “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (Brasil, 1990).

De acordo com as autoras Guedes e Barbosa (2020),

É imprescindível salientar que pessoas com deficiência constituem um grupo heterogêneo que reúne, em uma mesma categoria, indivíduos com vários tipos de deficiência física, sensorial, intelectual, mental e visual. Por conseguinte, as ações de saúde voltadas para esse segmento têm que considerar um mosaico de diferentes necessidades. (GUEDES; BARBOSA, 2020, p. 3).

Fato que revela a importância de os profissionais da saúde terem uma boa formação institucional e procurarem cursos extras de capacitação para se qualificarem cada vez mais com o intuito de melhor atender à crescente demanda de pessoas com deficiência que buscam diariamente atendimentos.

Para Brito e Lavareda (2015), “Cabe destacar, que o Sistema Único de Saúde é visto como um dos maiores projetos de inclusão social existente, no entanto ainda em um constante processo de construção e aperfeiçoamento” (BRITO; LAVAREDA, 2015, p. 61). De fato, um dos maiores projetos de inclusão social, pois como é ofertado gratuitamente foi planejado para alcançar todos os habitantes do Brasil e está presente desde os grandes centros urbanos até os povoados mais remotos. No entanto,

com ressalta os autores esse projeto ainda está em processo de construção e aperfeiçoamento, visto que nem sempre supre as necessidades dos usuários, assim como, nem sempre chega a quem mais precisa de assistência.

Ainda vale destacar que, também “Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis” (BRASIL, 2015), como consta no Art. 19, ações desenvolvidas principalmente através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) presentes nos municípios desde o período do pré-natal.

Nesse sentido e, como já mencionado, no que se refere ao acolhimento e aos primeiros atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde, a pessoa com deficiência, assim como as demais, se depara com o técnico de Enfermagem, um profissional capacitado para procedimentos básicos que pertencente a Equipe de Saúde da Família (ESF). O trabalho desenvolvido por esse profissional é relevante e necessário, principalmente no SUS, sistema de saúde citado neste artigo, sobretudo no que se refere a assistência oferecida as pessoas com deficiência, por isso, é preciso estar preparado para realizar ações inclusivas e humanizadas.

Para exercer a função de técnico de Enfermagem a pessoa interessada deve concluir um curso de nível médio, obter um diploma ou certificado emitido de acordo com a legislação e registrado no órgão competente. Ainda é necessário que está devidamente inscrita no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), como consta no Decreto nº 94.406/87 que regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências.

É importante enfatizar que, de acordo com artigo 15, da Lei 7.498/86, “As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeiro” (BRASIL, 1986). Dessa forma, o técnico de Enfermagem deve auxiliar no trabalho do Enfermeiro e só exercer procedimentos sob sua orientação e supervisão, como bem referência a Lei, contribuindo sempre para a melhoria e prevenção da saúde dos pacientes.

Há de se entender que, durante o período de formação dos alunos as instituições de ensino profissionalizantes tendem a formar profissionais voltados para oferecer um atendimento inclusivo e humanizado, no entanto, ainda observamos que existe uma lacuna no que se refere a efetividade desse preparo para o espaço de trabalho.

Ainda a esse respeito, observamos no curso aqui citado, que não há em sua grade curricular disciplinas específicas destinadas ao atendimento inclusivo, só constam estudos relacionados as práticas usuais da área de saúde, sendo que, o contato prático entre estudantes e ambiente de trabalho só ocorre no final do curso durante o período de estágio.

Dessa maneira, as capacitações extra curso são fontes relevantes de aquisição de novos saberes, pois oferecem aos profissionais da enfermagem, assim como das demais áreas, a oportunidade de se atualizarem e desenvolverem práticas de trabalho que atendam as atuais demandas.

3. Método da pesquisa

O procedimento metodológico usado para a discussão dessa temática caracteriza essa pesquisa como descritiva, pois como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”, já que, ainda não houve meios propícios para a execução da proposta.

Inicialmente, partimos de uma pesquisa bibliográfica, que como assegura Boccato (2006, p. 266), “[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Assim, foram momentos de muitas leituras e reflexões que nos forneceram o embasamento teórico e os dados necessários para estruturarmos o trabalho.

Infelizmente, por conta da pandemia causada pelo Covid-19, que teve um aumento considerável no início deste ano, 2022, surtos de gripe, Chikungunya e outros ainda não tivemos a oportunidade de executar a intervenção que seria na turma do curso de técnico em Enfermagem ofertado no Instituto Remigense de Ensino Tecnológico (IRTEC) na cidade Cacimba de Dentro-PB.

A instituição de ensino mencionada foi fundada no ano de 2011 no município de Remígio e desde então busca formar e qualificar novos trabalhadores para o mercado de trabalho por meio dos seus cursos profissionalizantes oferecidos em várias cidades do estado da Paraíba.

A atividade aqui proposta nesse Projeto de Intervenção será um seminário, um método ativo de ensino-aprendizagem que vem sendo ultimamente muito utilizado na sala de aula por proporcionar maior autonomia aos alunos, assim como, uma aprendizagem mais significativa. A esse respeito, Berbel (2011) afirma que:

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro. (BERBEL, 2011, p. 29).

Logo, uma escolha que foi cuidadosamente pensada e planejada com o intuito de despertar a atenção e a curiosidade dos alunos do IRTEC para que formulem saberes a partir de uma abordagem crítica e reflexiva dos conteúdos propostos. Ainda a respeito do seminário, assim acentua o autor Masetto:

O seminário (cuja etimologia está ligada a semente, sementeira, vida nova, ideias novas) é uma técnica riquíssima de aprendizagem que permite ao aluno desenvolver sua capacidade de pesquisa, de produção de conhecimento, de comunicação, de organização e fundamentação de ideias, de elaboração de relatório de pesquisa, de forma coletiva. (MASETTO, 2010, p.111).

Dessa forma, buscamos a partir desse seminário contribuir de modo positivo com a formação desses alunos, futuros profissionais disponíveis no campo de trabalho. Logo, a Proposta de Intervenção a seguir apresentada foi projetada para ser ministrada em um sábado, como já acontecem normalmente as aulas do curso escolhido.

Inicialmente, para a efetivação da proposta será feito a preparação do ambiente, assim, os equipamentos necessários como notebook e Datashow serão instalados e a sala de aula será, no primeiro momento, organizada de modo que as carteiras e bancadas fiquem em meio círculo, facilitando a apresentação do conteúdo e, por último, serão organizadas em círculo, favorecendo a interação entre os presentes.

O seminário será organizado em três momentos: apresentação do tema, reflexões e trocas de experiências e avaliação.

- Apresentação do tema: momento em que o ministrante fará a exposição do conteúdo proposto de modo oral e com o auxílio de slides. Também será entregue aos alunos um folder com o resumo do conteúdo para que os mesmos acompanhem a apresentação e façam as devidas anotações, se acharem necessário.

O conteúdo trará dados acerca do número de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência no Brasil, algumas considerações acerca do tipo de atendimento ambulatorio ofertado pelo SUS, reflexões sobre a grade curricular do curso, a importância do trabalho exercido pelo técnico de Enfermagem, entre outros.

- Reflexões e trocas de experiências: momento de maior interação entre o ministrante do seminário e os alunos, visto que, os discentes poderão questionar, tirar suas dúvidas, concordar ou discordar do tema, assim como, acrescentar saberes e apresentar suas experiências ou de alguém próximo.

Esse é o momento que melhor descreve o papel educativo do seminário, pois oferece a oportunidade de construção significativa de conhecimentos a partir do olhar crítico e da reflexão e que pode despertar no aluno o interesse em novas pesquisas para o aprofundamento do tema.

- Avaliação: momento em que cada aluno fará uma breve apresentação oral, cerca de 5 minutos cada, acerca do seminário apresentado expondo se houve ou não contribuições significativas para a sua formação pessoal e profissional.

4. Resultados da pesquisa

A partir da minha vivência enquanto paciente e acompanhante de paciente no Sistema Único de Saúde (SUS) me senti instigada a contribuir com a formação dos futuros técnicos de Enfermagem de um dos cursos ofertados na minha cidade através desta Proposta de Intervenção.

Infelizmente, ainda não houve a oportunidade de executar o seminário de intervenção, sendo que, os resultados aqui apresentados são esperados, ou seja, são pretendidos e não analisados a partir dos dados obtidos e coletados como inicialmente se proponha.

Assim, a partir da proposta de apresentação do seminário espera-se que os alunos do curso de técnico de Enfermagem ofertado pelo IRTEC no município de Cacimba de Dentro-PB:

1) Reflitam sobre as práticas que vêm sendo adotadas durante o atendimento ambulatorio a pacientes com algum tipo de deficiência.

Visto que, os alunos trazem consigo conhecimentos prévios acerca da temática e certamente já devem ter observado ou ouvido sobre como são atendidas as pessoas com algum tipo de deficiência, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando as práticas inclusivas e humanizadas, assim como, as excludentes.

É um momento em que o futuro profissional deve avaliar e pensar acerca das mudanças que vêm ocorrendo nos últimos tempos no nosso sistema de saúde, o que deveria melhor nos serviços oferecidos para garantir um atendimento de qualidade que supra as reais necessidades da demanda.

Sendo que o importante aqui é fazer com que o aluno saia de sua zona de conforto e que compreenda que é um agente transformador na área da saúde.

Logo, perceber que os alunos compreenderam a relevância da proposta é fundamental para que:

a) Procurem se aprofundar no tema para adquirirem mais conhecimentos;

Visto que, o seminário apresenta uma síntese do conteúdo proposto que é extenso e demanda muitas leituras para uma boa compreensão, assim, espera-se que os alunos se sintam instigados a procurarem se aprofundar no assunto.

De certo, por sua relevância no trabalho a ser oferecido pelos futuros profissionais, os temas referentes a inclusão e humanização na área de saúde devem ser considerados indispensáveis durante a formação, assim como, posteriormente durante os momentos de capacitações e planejamentos das ações a serem desenvolvidas nas unidades de saúde.

Desse modo, pretende-se que a partir da proposta apresentada os alunos busquem adquirir novos saberes com o intuito de que:

b) Cresçam como indivíduos e profissionais;

Pois, um bom profissional da saúde tem que ser um indivíduo responsável e dedicado, que exerça suas funções visando contribuir com o bem-estar do outro, muitas vezes até esquecendo do seu. Ao mesmo tempo em que, também é necessário ser ético, respeitar e seguir o Código de Ética da Enfermagem vigente em nosso país.

Nesse sentido, o resultado mais esperado que almejamos alcançar é que os futuros profissionais da saúde:

c) Desenvolvam práticas de atendimento inclusivo;

Isso para que não repitam ou perpassem velhas práticas excludentes e mecânicas que não respeitam as individualidades do paciente, mas que sejam propagadores de atendimentos inclusivos e humanizados, que enxergam a pessoa além da sua deficiência.

Desse modo, esperamos que os futuros profissionais técnicos em Enfermagem se formem e exerçam suas funções com responsabilidade, contribuindo com a prevenção e manutenção da saúde de todos os cidadãos sem distinção.

5. Considerações

A pesquisa buscou mostrar que o processo de inclusão social da pessoa com deficiência vem acontecendo mais significativamente nas últimas décadas como mostram alguns dados estatísticos que citamos. No entanto, também destacou que apesar das leis existentes, ainda são poucas as pessoas que usufruem plenamente dos seus direitos.

Nessa perspectiva, consideramos que o direito a saúde é fundamental por impactar diretamente na sua qualidade de vida e bem-estar, sendo que, no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS) é o responsável por essa oferta que deve ocorrer de forma gratuita e sem distinções como assegura a Constituição Federal de 1988.

Logo, o atendimento a pessoa com deficiência deve ser realizado por profissionais aptos e qualificados, que conheçam as necessidades e as especificidades dessa crescente demanda no nosso país. Geralmente, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o acolhimento e os primeiros atendimentos são realizados pelo técnico de Enfermagem, um profissional capacitado para procedimentos básicos que trabalha auxiliando o Enfermeiro, ambos pertencentes a Equipe de Saúde da Família (ESF).

Desse modo, atentos para a importância desse profissional a Proposta de Intervenção aqui apresentada para ser realizada por meio de um seminário, foi pensada e elaborada com a finalidade de contribuir com o processo de formação crítico e mais humano dos alunos do curso de técnico de Enfermagem do IRTEC no município de Cacimba de Dentro-PB, fazendo com que os mesmos despertem para um atendimento inclusivo.

Escolhemos o seminário por ser um método ativo de ensino-aprendizagem que vem sendo utilizado, principalmente, por proporcionar maior autonomia aos alunos, assim como, uma aprendizagem mais significativa com o intuito de despertar a atenção e a curiosidade dos alunos para que formulem saberes a partir de uma abordagem crítica e reflexiva dos conteúdos propostos.

Infelizmente, como mencionamos, a proposta não pode ainda ser executada como planejado, sendo que, os resultados aqui mencionados são pretendidos e não analisados por meio de dados coletados. Mas, concluímos que a atividade se sobressai por sua relevância na formação dos futuros profissionais da saúde.

Referências

BERBEL, Neusi. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências**

Sociais e Humanas. Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2011v32n1p25>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de mar. 2022.

_____. **Decreto-Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 de mar. 2022.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade São Paulo**. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, set./dez. 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRITO, Leidiane Mendes Brito; LAVAREDA, Welton Diego Carmim. O enfermeiro e os desafios da inclusão: outros “entrelugares” da formação e da prática profissional. **Com. Ciências Saúde**. 2015; 26(1/2): 61-68 Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/2015_enfermeiro_desafios.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

LOPES CABRAL, Elis Fabia; MOTA, Luzia Matos; GOMES, Tereza Kelly. Os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n.

22, p. e11694, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.11694. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11694>. Acesso em: 18 fev. 2022

COFEN. **Decreto nº 94. 406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html?fbclid=IwAR0F7ElRZQ1_D8FxzMg2bLiJffBc2uT8-WSHtNC05DAMtRqFL1RiDBSXLj0. Acesso em: 13 de mar. 2022.

FERRI, kathynne Carvalho Freitas. **Um estudo crítico do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015**. Orientador: Tiago Almeida Barros. 2020. 18 f. Projeto de Pesquisa. (Exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito) - Universidade de Rio Verde, Caiapônia, Goiás, 2020. Disponível em:
<https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/KATHYNNNE%20CARVALHO%20FREITAS.pdf>
 Acesso em: 30 jan. 2022.

GUEDES, Denyse Moreira Guedes; BARBOSA, Daniela Alves de Lima. Políticas públicas no Brasil para as pessoas com deficiência: trajetória, possibilidades e inclusão social. **Revista Científica intraciência**. Edição 19 – Junho 2020. Disponível em:
https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522120151.pdf Acesso em: 30 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>.
 Acesso em: 24 fev. 2022.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**. v.29, n.2, p.15-28, maio-ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2020.13522>

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e Lazer. **Ver. Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFs5H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2022.

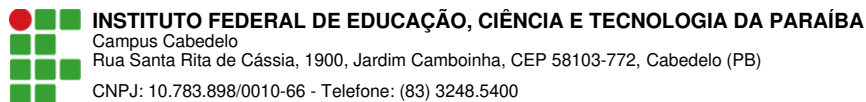
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>>. Acesso em 21/07/2022.

Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>.
 Acesso em: 24 fev. 2022.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf.
 Acesso em: 06 fev. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REGO Fátima Aparecida do; ROSAS Iris Renata de Carvalho; PRADOS Rosália Maria Netto.
Educação Profissional e Tecnológica como alternativa de acesso ao mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p. 14585-14596 feb. 2021. DOI:10.34117/bjdv7n2-198



Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

ARTIGO PRONTO

Assunto: ARTIGO PRONTO
Assinado por: Paulete Melo
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulete Gonçalves Gomes de Melo, ALUNO (202027410295) DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CAMPUS CABEDELLO**, em 05/09/2022 20:43:30.

Este documento foi armazenado no SUAP em 05/09/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 616192
Código de Autenticação: ea2fd0d1db

